

CELSE FURTADO

Reflexões Sobre A Pré-revolução Brasileira

O presente e o futuro

EM MEUS CONTACTOS com a juventude universitária, de todo o Brasil, tenho observado que crescentes ansiedades dominam os espíritos. Generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; e de que, sob nossos pés, como uma torrente profunda, trabalham forças insondáveis. E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente dessas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência. Se bem que muitas vezes indecisa ou insegura, a juventude está confiante. E está exigindo de todos nós definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro.

Prevalecendo-me da oportunidade, que tive recentemente, de visitar várias universidades brasileiras, vou permitir-me fazer algumas reflexões em torno de questões, que me foram formuladas por homens e mulheres jovens, que concluíram os seus cursos superiores. Apresento estas reflexões como um depoimento pessoal, franco, para que possamos continuar o diálogo, muitas vezes interrompido quando apenas havíamos contactado o essencial.

A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil. A análise econômica se limita a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de

que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada beneficiou três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, praticamente nenhum benefício auferiram desse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se, em termos relativos o seu padrão de vida, em confronto com o dos grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu numericamente em termos relativos, sem contudo melhorar apreciavelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois com o grande crescimento do emprego urbano nos serviços, os operários presenciam a ascensão de outros grupos sociais de rendas mais altas.

E não somente no que respeita à concentração da renda, o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Por outro lado, na ausência de uma política que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou de preferência os investimentos supér-

fluos ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma concentração ainda maior da riqueza em mãos de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais.

No plano político-administrativo as distorções ainda são mais flagrantes. A ampliação e diversificação das funções do Estado, causa e efeito de desenvolvimento, não tendo sido acompanhadas das necessárias reformas de base no próprio Estado, aumentou enormemente o coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Por outro lado, a atuação crescente do Estado no campo dos investimentos, conjugada àquela ineficiência, criou condições propícias à apropriação ilícita de capital à custa do povo. Os grandes contratos de obras públicas passaram a ser fonte corrente da acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Governo.

É compreensível a indignação da juventude diante desse quadro: aí estão supostos representantes do povo eleitos pelos empreiteiros de obras públicas, aí está a aliança da máquina feudal com as verbas orçamentárias produzindo parlamentares, que somente poderão sobreviver se forem instrumentos dóceis de seus financiadores.

Poder-se-ia objetar que antigamente era pior: as eleições eram formais e uma oligarquia decidia por conta própria o que se chamaria vontade do povo. Mas essa objeção já não vale para os jovens de hoje. Todos sabem que, se as coisas são tão transparentes em nossos dias, é porque está a nosso alcance poder mudá-las. Que, se sabemos onde estão os vícios do sistema, somos coniventes se não tratamos de erradicá-los.

E aí está a outra face — o lado positivo — do desenvolvimento: este trouxe para dentro do país os seus centros de decisão, armou-o para auto-dirigir-se, impôs-lhe a consciência do próprio destino, fê-lo responsável pelo que ele mesmo tem de errado.

No fundo de nossa inquietude presente encontraremos esta verdade simples: sabemos onde estão os erros do nosso desenvolvimento desordenado, sabemos que está a nosso alcance poder erradicá-los ou minorá-los, e temos consciência disso. Não é por

outra razão que nos sentimos responsáveis e intranquilos.

Uma filosofia da ação

Mas não se limitam os jovens de hoje a diagnosticar a realidade presente. A análise dos processos econômicos sociais não tem outro objetivo senão produzir um guia para a ação. Em verdade, essa mesma análise aponta para a necessidade de ação. A consciência de que somos responsáveis pelo muito do errado e do anti-social que aí está, cria um estado de inquietude que somente pode ser superado pela ação.

Esta é o segundo ponto no qual gostaria de me deter: a necessidade de uma filosofia que nos oriente na ação. Muita gente, aqui e fora do Brasil, me tem perguntado por que existe tanta penetração de marxismo na atual juventude brasileira. A razão é simples: o marxismo, em qualquer de suas variantes, permite traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação. Devemos abordar esse assunto com absoluta franqueza, se pretendemos manter um diálogo eficaz com a juventude idealista e atuante desta época. Que vem a ser o marxismo de grande parte de nossa juventude? Creio que podemos enfeixá-lo em umas poucas atitudes, independentemente de análise que as fundamente:

a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria.

b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica*, portanto em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e

c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.

O último ponto conduz a uma atitude positiva e otimista, com respeito à ação política, que bem corresponde aos anseios da juventude.

Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o es-

cravizam socialmente, permitindo que êle se afirme na plenitude de suas potencialidades, por outro, descobrimos uma atitude otimista com respeito à auto-determinação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de um estágio superior do humanismo, pois colocando o homem no centro de suas próprias preocupações, reconhece, contudo, que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo, somente pode ser alcançada, mediante a orientação racional das relações sociais.

Qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno. Suas raízes mais vigorosas vêm do humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino, e seu otimismo congênito emana da Revolução Industrial, que deu ao homem o controle do mundo exterior.

Se pretendemos manter um diálogo fecundo com a nova geração, devemos entender-nos sobre o que realmente é fundamental. Relegaremos para um segundo plano aquilo que é simplesmente operacional, e por definição, tem que estar subordinado aos fins colimados. Por exemplo: não seria possível atribuir mais que um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à empresa privada. Estamos todos de acordo em que a empresa privada é uma simples forma descentralizada de organizar a produção e que deve estar subordinada a critérios sociais. Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais da produção e a forma de organização desta empresa privada, medidas teriam que ser tomadas para preservar o interesse social. Por outro lado, à medida que se vai alcançando maior abundância na oferta de bens, isto é, os estágios superiores do desenvolvimento, menor importância vão tendo as formas de organização da produção e maior o controle dos centros do poder político. Dêstes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado.

Cabe portanto perguntar: quais são os objetivos fundamentais em torno dos quais poderemos nos unir. Esses objetivos devem

ser admitidos como irredutíveis, ligados a nossa própria concepção da vida. Creio que é de absoluta importância que estabeleçamos com clareza esses objetivos, pois do contrário confundiremos meios com fins, ou transformaremos em nossos fins aquilo que para outros são apenas meios. Temos o direito de fazer esta reflexão, com respeito aos fins últimos que colimamos, independentemente de tomada de posição com respeito ao problema da preeminência russa ou americana com respeito aos destinos do mundo. Subordinar o futuro de nossa cultura às conveniências de ordem tática de um ou de outro dos grandes centros de poder militar moderno é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais. Devemos considerar como um dado da realidade objetiva contemporânea o impasse entre os polos do poder político-militar. Ao considerar como um dado, estamos admitindo fora de nosso alcance modificar de forma significativa a relação de forças. Qualquer que seja a nossa posição, devemos reconhecer que a solução última dêsse impasse não será antecipada, pois a guerra, meio único capaz de determinar essa antecipação, continuará a apresentar-se como atitude de desespero, de perda total de fé no futuro do homem. A eficácia máxima de qualquer modificação em nossa posição, do ponto de vista do grande impasse, sempre será reduzida.

O reconhecimento de nossa própria impotência num mercado dominado por um impasse supremo, impõe-nos o dever de tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função de nosso próprio destino de povo e cultura. Em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem como reverso uma maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E como sóe acontecer, essa margem maior de liberdade traz consigo uma consciência mais clara de responsabilidade.

É sobre essa tela de fundo de auto-determinação e consciência de responsabilidade que devemos projetar os objetivos irredutíveis da ação política. Creio que esses objetivos poderiam ser facilmente traduzidos, tomando como base a análise anterior, nas expressões: humanismo e otimismo com

respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.

Tenho usado a palavra humanismo porque a liberdade pode ser entendida também em termos de individualismo do século XIX, em que o individual muitas vezes se contrapunha ao social. Mas não tenhamos dúvida de que o que está no centro de todas as aspirações e idéias da juventude atual é um autêntico humanismo. O que indigna a juventude é o aspecto anti-humano de nosso desenvolvimento. É o fato de que o contraste entre o desperdício e a miséria se torne mais agudo dia a dia. Aí estão as populações rurais que vivem sobre a terra mas não podem plantar para comer e passam fome quase todos os dias do ano. Aí estão cidades capitais com dez por cento da população registrada nos hospitais como tuberculosa. E sabemos que tudo isso pode ser remediado, que já desapareceu de grande parte do mundo. Portanto, o que está no centro das preocupações dos jovens é o homem, o que os angustia e o seu aviltamento, e a consciência de que somos corresponsáveis por essa abjeção.

O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Contudo, constitui um fim em si mesmo, um elemento irreduzível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Estamos na posição antitética da lenda do bom selvagem. Não nos seduzem as miragens de "uma nova Idade Média". Não nos comovem as inquietações daqueles que vêem no progresso técnico as sementes da destruição do "homem essencial". É específico da nova geração esse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por ele mesmo, o desafio final às suas potencialidades de ser superior.

Os fins e os meios

Alcançamos aqui o ponto central de nossas reflexões: definidos os objetivos autênticos, como concertar-nos para a ação? Como

prevenir que a luta por objetivos intermediários ou secundários nos faça perder de vista os fins verdadeiros? É este um problema extremamente complexo, pois a experiência histórica dos últimos decênios criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade. Essa falsa alternativa tem sido apresentada por contendores de ambos os lados da controvérsia, isto é, em defesa da liberdade ou do bem estar das massas.

Com efeito: é fato mais ou menos evidente, que o rápido desenvolvimento material da União Soviética, até há pouco país subdesenvolvido, baseou-se, parcialmente, em métodos anti-humanos. As apropriações dos excedentes agrícolas, destinadas a financiar o desenvolvimento industrial, foram feitas *manu militari*, mediante coletivização compulsiva e repressão violenta de toda resistência. Para justificar esse método drástico, criou-se a "teoria" de que o camponês é fundamentalmente individualista e que a única forma de superar esse "individualismo" é impor a coletivização. É a teoria da salvação pela punição. Ora, sabemos todos que a produtividade agrícola decorre principalmente do nível técnico da agricultura; que nenhum "individualismo" camponês se pode contrapor à elevação desse nível técnico, e que a renda real do setor agrícola está determinada pelos preços relativos do que produz e do que compra o camponês. A apropriação direta do produto excedente do setor camponês, realizada na Rússia Soviética, decorreu de que era esse o método administrativamente mais fácil. E por essa facilidade administrativa pagou-se o enorme preço em vidas humanas conhecido. Mas ainda mesmo que deixássemos de lado a dolorosa experiência agrária soviética, cabe reconhecer como evidência universal que o rápido desenvolvimento econômico dos países de economia coletivista tem sido acompanhado de formas de organização político-social em que se restringe, além dos limites do que consideramos tolerável, todas as formas de liberdade individual. Essas restrições, se bem que aceitas voluntariamente nas fases de ardor revolucionário, dificilmente poderiam se toleradas como formas normais de convivência humana.

Deve-se, entretanto, reconhecer que, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, o argumento da experiência histórica dos países socialistas, com sua perda de liberdade individual, tem sido de reduzido alcance. Isto porque essas massas, porquanto não tiveram qualquer acesso às formas superiores da vida pública, não podem compreender o verdadeiro alcance do argumento. Ainda mais: a suposta alternativa — liberdade versus desenvolvimento rápido — pode resultar perigosa para a liberdade como aspiração coletiva, pois caberia inferir que a liberdade a que tem acesso uma minoria é paga com o sacrifício do bem-estar das grandes maiorias. Se chegássemos a admitir como uma tese válida que o desenvolvimento econômico dos países socialistas foi a contrapartida do cerceamento das liberdades cívicas, deveríamos também aceitar como verdadeiro corolário de que o preço da liberdade que fruimos é o retardamento do desenvolvimento econômico geral.

Ainda menos eficaz, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, é a versão mais direta do argumentar segundo a qual o desenvolvimento dos países socialistas está sendo obtido com enorme custo humano, inclusive mediante formas de trabalho semi-escravo. É que os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento. E isto porque sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuarem subdesenvolvidos. Quantos milhões de vidas são ceifadas, anualmente, num país como o Brasil, pelo subdesenvolvimento? Quantos milhões de vidas são consumidas, pela fome e pelo desgaste físico provocado por formas primitivas de trabalho, antes de que se alcance a plena maturidade? Quantos milhões de seres humanos por aí estão sem que tenham acesso à alfabetização ou qualquer outra oportunidade de participar nas manifestações médias e superiores da cultura? Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo. Se o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa

seria a probabilidade de que permanecêssemos livres.

Tivéssemos de aceitar como real essa alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre os objetivos últimos, isto é, as metas que orientam o nosso esforço de construção social. A explicação colateral de que essa contradição pode ser superada mediante o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras é totalmente falaciosa, pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas mas também de valores e não podemos estar seguros de que os valores destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã, a menos que aceitemos uma teoria linear, de causação simples, segundo a qual a cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde necessariamente outro de desenvolvimento dos demais valores. Uma teoria simplista deste tipo seria, entretanto, inaceitável de qualquer ponto de vista.

A Universalidade com que se vem insistindo na referida alternativa, decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aquêles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que, as modificações estruturais na ordem social, necessária a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, vieram sempre emparelhadas com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aquêles que argumentam do lado oposto, deduzem a mesma alternativa do outro fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura. Reconhece-se, assim, de ambos os lados que as transformações sociais são causa eficiente da aceleração do desenvolvimento material em países subdesenvolvidos. De um lado comprova-se que essas transformações, ali, onde têm surgido, vêm de parêlha com a supressão das liberdades fundamentais. De outro, se postula que o método eficaz para lograr tais transformações engendra a rígida ditadura.

A discussão em torno desta matéria, de tão grande importância, tem sido obscurecida por uma grande confusão de conceitos, inconsciente ou propositada. Mais do que

nunca é necessário que façamos clara distinção entre aqueles objetivos últimos, dos quais não nos devemos afastar na luta pelo aperfeiçoamento das formas de convivência social — os quais foram incorporados à filosofia social de Marx, mas constituem elementos de uma concepção do mundo mais ampla e em gestação no Ocidente desde o Renascimento — das técnicas elaboradas para a consecução total ou parcial desses objetivos. O marxismo-leninismo é uma dessas técnicas. Ele postula a inevitabilidade da revolução violenta, liderada por um partido de profissionais da revolução, devendo a nova ordem ser assegurada por um regime ditatorial, o qual perdurará durante um período de transição de duração indefinida. É necessário não esquecer que essa técnica foi forjada e aperfeiçoada na luta pela destruição de uma estrutura político-social totalmente rígida, que era o czarismo. A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas — a China nacionalista e a ocupação japonesa, a Cuba de Batista, são exemplos conspícuos — essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia.

O mesmo, entretanto, não se pode dizer com respeito às sociedades abertas. O exemplo da Europa Ocidental parece ser conclusivo: grandes máquinas partidárias de orientação marxista-leninista ficaram traumatizadas diante de uma realidade político-social em permanente mutação. A explicação desse fato histórico não é difícil: o marxismo-leninismo identifica no Estado — que define como “fôrça especial de repressão” — a ditadura de uma classe, a burguesia. A unidade da ação revolucionária está facilitada pela clara definição de objetivo. Mas, a partir do momento em que o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema compósito, representativo de várias classes se bem que sob a égide de uma, aquela técnica revolucionária perde eficácia. A necessidade de discriminar entre o que o Estado faz de bom e de ruim, do ponto de vista de uma classe, exige uma capacidade de adaptação que não pode ter um partido revolucionário monolítico.

Da experiência histórica deste século cabe

inferir que, somente pelo êxito de revoluções de tipo marxista-leninista, foram alcançadas as rápidas e profundas transformações sociais, causa eficiente de um desenvolvimento econômico capaz de estreitar a distância com respeito aos países que começaram a se industrializar no século passado. Mas a experiência histórica também indica que tais revoluções somente tiveram êxito onde a estrutura social era rígida e anacrônica. Seria, entretanto, necessário postular que o único método eficaz para alcançar rápidas modificações sociais é o marxista-leninista para dar consistência lógica à conclusão de que a aceleração do desenvolvimento tem como contrapartida necessária um regime ditatorial ou a exclusão das liberdades individuais. Mas, mesmo que estivessemos dispostos a postular esta tese, não poderíamos desconhecer o outro fato histórico de que as técnicas marxistas-leninistas demonstraram ineficácia nas sociedades abertas. Assim, não podemos fugir de concluir: a) que as ditaduras não foram criadas pela aceleração do desenvolvimento, mas pre-existiam a esta; b) que a aceleração somente se fez em estruturas anteriormente rígidas (ditaduras); c) que as únicas técnicas de rápida transformação das estruturas sociais, utilizadas até o presente, têm eficácia limitada às sociedades rígidas (ditaduras). O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrir-se-ão caminho escapando a toda possibilidade de previsão e controle.

Vou permitir-me fazer mais uma reflexão sobre métodos revolucionários: baseando-se o marxismo-leninismo na substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de vista político, aplicá-lo a sociedades que hajam alcançado forma de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas. Esse regresso se traduziria em termos de sacrifício dos objetivos mesmos que antes definimos como essenciais. Se é verdade que a ampliação da base material trazida pelo desenvolvimento vem facilitar ao homem uma vida mais plena, não o é menos que a forma de organiza-

ção político-social constitui o marco dentro do qual se afirmam as manifestações superiores da vida do homem. Se bem seja provável que no futuro coexistam a total abundância dos recursos materiais e as formas de organização político-social capazes de permitir a plena afirmação dos autênticos valores humanos, no estágio histórico em que nos encontramos assim não ocorre necessariamente. Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Dêste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político. A experiência histórica tem indicado, que quando assim ocorre — caso de alguns países da Europa Central — o socialismo como forma de humanismo se perverte. Não sendo possível passar de uma sociedade aberta para uma ditadura sem criar um clima de frustração social, ocorre uma reversão de valores em múltiplos planos. Não permitindo o regime ditatorial que o homem ocupe o papel que lhe cabe na sociedade, torna-se necessário elevar ao primeiro plano uma série de mitos sociais que se sobrepõem aos verdadeiros valores humanos. Assim, o desenvolvimento material pode seguir paralelamente com a consolidação de uma ordem social baseada em princípios que são o reverso daquilo que estava na essência dos ideais humanísticos revolucionários.

Dualidade da estrutura político-social brasileira

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. À luz da experiência histórica não é difícil explicar porque a classe camponesa, no Brasil, é muito mais susceptível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista, do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que a nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas

suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninista são eficazes.

Chegamos, assim, a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de uma dualidade no processo revolucionário brasileiro. Na medida em que vivemos numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tende a assumir a forma de aproximações sucessivas. Na medida em que vivemos numa sociedade rígida, esses objetivos tenderão a ser alcançados por rupturas cataclísmica.

Se desejamos atingir o âmago dos problemas que temos de enfrentar, devemos formular claramente a questão: que viabilidade tem a revolução brasileira de se efetivar pelos métodos marxistas-leninistas? Creio que existem duas possibilidades de que isso ocorra. A primeira está ligada ao problema agrário. Não devemos esquecer que mais da metade da população brasileira deriva o seu meio de vida diretamente do setor agrícola. Na medida em que este se conserve com a rigidez atual, todo movimento reivindicatório, que surja nos campos, tenderá a assimilar rapidamente técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista. Temos assim, na corrente do processo revolucionário brasileiro, um importante setor de vocação marxista-leninista, que em determinadas condições poderá liderá-lo. A consequência prática seria o predomínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Os autênticos objetivos de nosso desenvolvimento, anteriormente definidos em termos de humanismo, estariam parcialmente frustrados de antemão.

A segunda possibilidade de efetivação de uma revolução de tipo marxista-leninista está ligada a um retrocesso na estrutura política. Observamos que esse tipo de revolução é pouco viável em uma sociedade aberta, a menos que seja imposta de fora para dentro, como ocorreu em alguns países

da Europa Central. Contudo, não se exclui a possibilidade de um retrocesso em nossa organização político-social. A imposição de uma ditadura de direita, tornando rígida toda a estrutura política, criaria condições propícias a uma efetiva arregimentação revolucionária de tipo marxista-leninista. Ainda neste caso, entretanto, o mais provável é que o setor agrário viesse a predominar, em caso de revolução social. Sem as condições objetivas determinadas por um retrocesso político-social no país, com a destruição da capacidade de defesa do setor urbano, que já desfruta de formas de convivência política superiores, a única possibilidade de revolução de tipo marxista-leninista decorre da persistência da estrutura agrária anacrônica.

Diretrizes para a ação

Creio que já avançamos suficientemente para nos atrever a inferir alguns princípios que nos possam guiar na ação política. Não teremos dificuldade em nos pôr de acordo com respeito ao objetivo fundamental que é o homem em sua plenitude, libertado de todas as formas de exploração e sujeição. Somos, acima de tudo, humanistas. Esse objetivo somente poderá ser alcançado se nos organizarmos socialmente, para atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, e se esse desenvolvimento for conduzido com verdadeiro critério social.

Na realidade presente brasileira, para levar adiante essa política é mister introduzir com decisão importante modificações em nossas estruturas básicas. Como não nos preparamos para essas modificações e as ansiedade coletivas agudizam-se dia a dia, transformando o desenvolvimento em imperativo político, passamos a viver uma autêntica fase pré-revolucionária. Desta forma, ocupam presentemente o primeiro plano das preocupações políticas as técnicas de transformação social e os métodos revolucionários.

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias. Para evitar a preeminência

de técnicas revolucionárias desse tipo, é necessário:

a) prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social, e

b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país.

Essas diretrizes de ordem geral deverão ser detalhadas em normas de ação específicas. Para evitar um retrocesso social não basta desejá-lo: é necessário criar condições objetivas de caráter preventivo. O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e lançam-se às soluções de emergência ou golpes preventivos. Fôssem as modificações progressivas ou gradativas e o sistema político-social resistiria.

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinária administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.

Que devemos fazer para transformar em

normas de ação êsses desejos e aspirações? Ceio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quicá aos camponeses através de suas organizações incipientes, iniciarem o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. Os problemas mais comple-

xos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupos de especialistas, devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular.

RÉSUMÉ

Le présent et le futur

La conscience que le pays marche vers des changements profonds s'est généralisée dans la jeunesse universitaire brésilienne. Cette jeunesse veut comprendre ce qui se passe et participer courageusement de ces transformations. Elle exige de nous une définition claire des positions prises. Je me permets ici de faire quelques réflexions autour de questions que les jeunes gens m'ont proposées aux universités brésiennes que j'ai visitées récemment.

Une de ces questions se rapporte au coût social démesuré du développement brésilien. Il n'a apporté aucun bénéfice à trois-quarts de la population du pays. L'anachronisme de la structure agraire a provoqué une augmentation relative de la rente due à la terre et de simples opérations de crédit et de change ont concentré de grandes richesses. Sur le plan politique et administratif, ces distorsions sont plus flagrantes. Le coefficient de gaspillage a beaucoup augmenté dans l'administration publique. Le développement de l'action de l'état dans les investissements, uni à l'inefficacité de son machinisme, créa des conditions propices à l'appropriation de capital aux dépens du peuple.

En face de cela, l'indignation de la jeunesse est compréhensible. Mais le développement nous a donné conscience de nos problèmes et apporté au pays ces propres centres de décision. C'est pourquoi nous nous sentons responsables et intranquilles.

Une philosophie d'action

Mais l'analyse du processus économique et social n'a d'autre but que de produire un guide pour l'action. La raison de la pénétration du marxisme dans la jeunesse brésilienne actuelle réside dans le fait qu'il permet de traduire le diagnostic de la réalité en normes d'action. Il signifie, pour la majorité de notre jeunesse, l'adoption d'attitudes qui mènent à une politique de reconstruction sociale. Il est une forme de l'humanisme supérieur parce qu'il désire de libérer l'homme des entraves qui le réduisent à l'esclavage social. Il devient donc impossible de combattre une doctrine qui représente les aspirations de l'homme moderne.

L'important consiste à savoir les buts fondamentaux qui nous unissent, indépendamment d'une prise de position par rapport au problème de la prééminence russe ou américaine. Notre impuissance devant l'impasse mondiale nous donne une grande liberté dans la détermination de nos objectifs. Sur cet écran d'auto-

détermination et de conscience de la responsabilité, nous devons projeter les buts irréductibles de l'action politique. Je crois qu'ils se traduisent dans les expressions humanisme et optimisme. En d'autres mots: liberté et développement économique.

Les fins et le moyens

Les objectifs définis, comment partir pour l'action? L'expérience historique créa l'apparence d'une option forcenée pour les pays sous-développés entre liberté individuelle et développement matériel rapide. Le développement de l'Union Soviétique a été possible, partiellement, grâce à des méthodes anti-humains. Si cette alternative était réelle, nous serions en face d'une contradiction fondamentale entre les objectifs qui orientent notre effort de construction sociale et les moyens pour les atteindre. Le sacrifice d'une génération est aussi un problème de valeurs et nous ne sommes pas sûrs qu'elles puissent être reconstruites demain. Cette alternative provient d'une fausse déduction. D'un côté on démontre que les transformations rapides sont accompagnées de la suppression des libertés; de l'autre on postule que la méthode efficace engendre la dictature rigide.

Le problème est obscurci par une grande confusion d'idées, consciente ou faite exprès. Il faut distinguer entre les buts ultimes et les techniques. Le marxisme-leninisme est une de ces techniques. Elle a été forgée et perfectionnée dans la lutte contre une structure sociale tout à fait rigide. L'expérience a démontré qu'elle peut être de grande efficacité (Chine, Cuba). Il n'en est pas de même par rapport aux sociétés ouvertes. Le cas de l'Europe Occidentale paraît être conclusif: à partir du moment où l'état n'est plus l'expression d'une dictature de classe mais un système composite, elle perd son efficacité. Mais, d'autre part, l'expérience confirme aussi que seules les révolutions du type marxiste-leniniste produisent de profondes transformations sociales et, en même temps, qu'elles ont réussi à peine où la structure sociale était rigide ou anachronique. Il faut donc développer des techniques qui rendent possibles ces transformations sociales rapides dans les cadres d'une société ouverte. Avoir atteint des formes supérieures d'organisation politique est une conquête au moins aussi définitive que d'avoir réalisé le grand développement matériel. Parfaire une chose en dépit de l'autre est une rétrocession, et l'expérience a démontré que,

au moins dans le cas de l'Europe Centrale, le socialisme se détériore et crée une situation de frustration sociale. Nous croyons donc que le développement matériel peut se faire parallèlement avec la consolidation de l'ordre sociale démocratique.

Dualité de la structure sociale et politique brésilienne

Il est aisé de comprendre pourquoi le paysan national est plus susceptible aux techniques marxiste-léninistes. C'est que notre société est ouverte pour la classe ouvrière et fermée pour la classe paysanne, où la structure sociale se maintient rigide. Il y a donc une dualité réelle dans le processus de la révolution brésilienne.

Quelles sont vraiment les possibilités de la révolution brésilienne à devenir marxiste-léniniste? Il semble qu'il y en a deux: la prédominance, dans la révolution brésilienne, du secteur agraire, sensible au marxisme-léninisme ou bien une rétrocession dans la structure politique. Une dictature de droite, en rendant rigide la structure politique, suscite des conditions pour une révolution du type marxiste-léniniste dans laquelle le secteur agraire dominerait.

ABSTRACT

The present and the future

The feeling that the country is approaching a stage of profound changes is now widespread among Brazilian university students. These youngsters are eager to understand what is going around and want to participate courageously in these transformations. They are out to ask us accordingly to state clearly what our positions really are. The author, therefore, decided to commit to paper some reflections on a number of questions the students have propounded him at several universities he has recently visited in Brazil. One of these questions relates to the exceedingly large social cost of Brazilian development. It has not meant the least benefit to three quarters of the country's population. It has favoured a steadily increasing social and geographic concentration of profits. An anachronistic agrarian structure has brought about a corresponding relative increase of the land rent at the same time that simple credit and exchange operations have resulted in the accumulation of rather large fortunes. These distortions are even more conspicuous at political and administrative levels. Public administration has consistently grown more depleted in later years. The development of State control over investments, together with its rather incompetent organization, has brought forth favourable conditions for the appropriation of capital at the expense of the people.

The youngsters' exasperation is thus understandable. Our development drive, however, has given us full conscience of our problems as well as most of the legal channels to solve them. But this is precisely the reason why we feel responsible for the country's doom.

Guides pour l'action

Le vrai humanisme sera poursuivi dans la mesure où nous nous organiserons socialement pour réaliser des transformations économiques rapides avec critère social. En vue de la réalité brésilienne et pour mener à but cette politique, il faut introduire avec décision d'importantes modifications dans les structures fondamentales. Pour prévenir les techniques révolutionnaires et une possible rétrocession dans le système politique, il faut créer des conditions pour un changement rapide et effectif dans la situation agraire du pays et donner une plus grande élasticité aux structures sociales et politiques. Il faut modifier le machinisme administratif de l'Etat, le système fiscal, la structure bancaire, discipliner l'action du capital étranger. Il faut surtout avoir un plan de développement économique et social au niveau de nos possibilités et en accord avec les exigences du peuple.

Pour transformer en normes d'action ces principes, il faut organiser l'opinion publique pour qu'elle se manifeste organiquement. Le pays est mûr pour commencer à réfléchir sur sa propre destinée. Les programmes de renouvellement de la représentation populaire doivent surgir des débats généraux et des manifestations de l'opinion publique.

A philosophy of action

Clearly enough the analysis of the social and economic process serves no other end but to provide some sort of guidance for quick action. The reason why Marxism is so widespread among Brazilian students is that it makes possible a diagnosis of our reality in terms of action. It means, besides, to the greater majority of Brazilian youngsters, the adoption of measures and attitudes which lead directly to social reconstruction. It is also some form of higher humanism because it is aimed at liberating man from those age-long constraints that turn him into a social slave. It turns out then to be impossible to fight against a doctrine that represents the aspirations of modern man.

The important point consists of knowing the fundamental ends that should tie us together, independently from any taking of positions as regards the problem of a Russian or an American ascendancy. Our underdeveloped condition itself in the face of the present world ideological deadlock imparts us a considerable amount of freedom in the determination of our objectives. It is based upon this background of self-determination and of full conscience of our responsibility that we must plan the irreducible aims of our political action. The author believes that these aims express themselves as forms of humanism and optimism. In other words: freedom and economic development.

The means to these ends

Once these aims have been defined the question follows: how to get on with action? Historical experience has induced the appearance

of a need for forced option on the part of underdeveloped countries between individual freedom and quick material development.

Development in the Soviet Union has been rendered possible, partly due to the recourse to fairly inhuman methods. If that alternative would be a real one, we would be facing a fundamental contradiction involving the aims that inspire our effort towards social construction and the means to accomplish it. The sacrifice of a generation is also a question of values once we cannot be sure whether it may be restored tomorrow or not. It seems that this alternative is a rather false one, stemming from wrong deductions. On the one hand it is easy to show that rapid transformations come usually along with the suppression of individual rights, whereas, on the other, it is postulated the implantation of some sort of rigid dictatorship as a result of the method's efficacy.

The whole question is veiled in a bewildering maze of mixed ideas. One must definitely draw the line between the ultimate aims and the techniques to be used. Marxism-Leninism is one of such techniques. It has been built and perfected in fierce fight against a social structure of a rather rigid nature. Experience seems to show that it is a very effective technique (China and Cuba). We cannot say the same as to an open society. The case of Western Europe seems to be a very conclusive one: as soon as the State evolves from a mere expression of dictatorship toward a composite system, this technique loses, so to say, its effectiveness. However, it should be born in mind the fact that experience also confirms that only those revolutions of a Marxist-Leninist type seem to be able to set forth profound social transformations and that preferably in rigid and anachronic social structures. Techniques should be then developed in order to render possible these rapid social transformations within the framework of an open society. The attainment of superior forms of political organization means just as much as the accomplishment of full-scale material development. Putting one into effect at the expense of the other looks like a drawback, mainly when one takes into account the deterioration of Socialism in Western Europe after creating a situation of hindrance. The author believes that material development

may be accomplished at the same time that a democratic social order is set up.

Dual character of Brazilian political and social structure

It is easy to understand why our peasants seem to respond better to the Marxist-Leninist technique. This is a consequence of our society being open as regards the working classes and virtually closed to the peasant something that turns our agrarian structure into a quite rigid one. Brazilian reality has thus got a real dual character as far as its revolutionary process is concerned.

What chances does Brazilian revolution stand of becoming Marxist-Leninist? There seems to be two: the prevalence of the agrarian sector or a drawback in our political structure. A rightwing dictatorship, while rendering this structure stiff, determines just the conditions under which a Marxist-Leninist revolution would best take place leaving thus the peasants in a position of ascendancy.

Clues to action

True humanism can only be accomplished according as we will be able to get ourselves socially organized in order to fulfill speedy economic transformations following a given social criterion. Our institutions will thus have to undergo a number of fundamental modifications. In a way to prevent revolutionary techniques and a consequent regression of our political system we must create the proper conditions for a quick and effective change in our agrarian structure at the same time that a great deal more elasticity should be imparted to our social and political institutions. Hence an urgent need for modifying our Public Services, our taxation system, banking organization along with disciplining measures on foreign capital remittances. Proper legislation should be enforced keeping in view a very comprehensive plan for economic and social development, meeting above all the possibilities of our milieu and people's demand.

In order to change these principles into norms for action it is necessary to further public enlightenment through which the people may organically manifest themselves. The country is ripe to start reflecting on its own destiny.

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year. It is divided into two main sections: the first section deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year, and the second section deals with the specific results of the work.

2. The second part of the report deals with the specific results of the work. It is divided into three main sections: the first section deals with the results of the work in the field of agriculture, the second section deals with the results of the work in the field of industry, and the third section deals with the results of the work in the field of commerce.

3. The third part of the report deals with the financial results of the work. It is divided into two main sections: the first section deals with the income of the work, and the second section deals with the expenditure of the work.

4. The fourth part of the report deals with the conclusions of the work. It is divided into two main sections: the first section deals with the conclusions of the work in the field of agriculture, and the second section deals with the conclusions of the work in the field of industry and commerce.

5. The fifth part of the report deals with the recommendations of the work. It is divided into two main sections: the first section deals with the recommendations of the work in the field of agriculture, and the second section deals with the recommendations of the work in the field of industry and commerce.

6. The sixth part of the report deals with the appendix. It is divided into two main sections: the first section deals with the appendix in the field of agriculture, and the second section deals with the appendix in the field of industry and commerce.

7. The seventh part of the report deals with the index. It is divided into two main sections: the first section deals with the index in the field of agriculture, and the second section deals with the index in the field of industry and commerce.

8. The eighth part of the report deals with the bibliography. It is divided into two main sections: the first section deals with the bibliography in the field of agriculture, and the second section deals with the bibliography in the field of industry and commerce.

9. The ninth part of the report deals with the list of figures. It is divided into two main sections: the first section deals with the list of figures in the field of agriculture, and the second section deals with the list of figures in the field of industry and commerce.

10. The tenth part of the report deals with the list of tables. It is divided into two main sections: the first section deals with the list of tables in the field of agriculture, and the second section deals with the list of tables in the field of industry and commerce.